

1 Às quatorze horas e trinta minutos do dia 29 de setembro do ano de
2 dois mil e onze, no auditório da Semace, foi realizada a 44ª reunião
3 extraordinária do COEMA sob a Presidência do Dr. Paulo Henrique
4 Ellery Lustosa da Costa (Presidente do Conselho de Políticas e
5 Gestão do Meio Ambiente - CONPAM) e Dr. José Ricardo Araújo,
6 Secretário Executivo do Coema - (Superintendente da Semace) e as
7 presenças das Conselheiras e dos Conselheiros: José Délcio de
8 Moraes (SECITECE); Cláudia Maria Studart Norões Ellery
9 (Secretaria do Turismo - SETUR); Antônio Rodrigues de Amorim
10 (Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA); Eduardo Henrique
11 Cunha Neves (Conselho Estadual do Desenvolvimento Econômico -
12 CEDE); Raimundo José Arruda Bastos (Secretaria da Saúde - SESA);
13 Philipi Theóphilo Nottingham (Secretaria do Planejamento e Gestão -
14 SEPLAG); Francisco José Pinheiro (Secretaria da Cultura -
15 SECULT); Luiz Carlos Rocha da Mota (Secretaria dos Recursos
16 Hídricos - SRH); Anastácio Jorge Matos de Sousa Marinho
17 (Procuradoria Geral do Estado - PGE); Francisco Wilson Gonçalves
18 (Procuradoria Geral da Justiça do Ceará - PGJ); Alessandro Wilckson
19 Cabral Sales (Procuradoria da República no Estado do Ceará);
20 Ricardo Espíndola Romero (Universidade Federal do Ceará - UFC);
21 Roberto Lima Sampaio (Universidade Estadual Vale do Acaraú -
22 UVA); Henrique Torres de Melo (Federação da Agricultura do Estado
23 do Ceará - FAEC); Antônio Renato Lima Aragão (Federação das
24 Industrias do Estado do Ceará - FIEC); João Bosco Andrade Moraes
25 (Sindicato dos Engenheiros no Estado do Ceará - SENGE); Jorge
26 Luiz Braga (Associação dos Engenheiros Agrônomos do Ceará -
27 AEAC); Pedro Bastos de Macedo Carneiro (Conselho Regional de
28 Biologia - CRBio - 5ª Região); Francisco José de Sousa (Centro
29 Cultural para o Desenvolvimento Sustentável - GERMINARE) e
30 Maria Erivânia Pereira Buriti (Fundação Cepema) .

31 Pauta:

- 32 I. Abertura da Sessão e verificação do "**quórum**".
- 33 II. Leitura e votação das ATAS 200ª, 201ª e 202ª reuniões ordinárias
34 do Coema.
- 35 III. Informes da Secretaria Executiva.
- 36
- 37 IV. Informes do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente -
38 CONPAM
- 39 V. Ordem do dia:
 - 40 1. Apresentação, discussão e votação do Parecer Técnico Nº
41 3995/2011- DICOP/GECON referente ao projeto do Terminal
42 Marítimo de Passageiros do Porto de Fortaleza , de interesse da
43 Companhia Docas do Ceará , no município de Fortaleza, Estado do
44 Ceará.
 - 45 2. Apresentação, discussão e votação do Parecer Técnico
46 Nº3271/2011- DICOP/GECON referente ao projeto Central
47 Geradora Eólica - CGE , de interesse da Central Eólica Trairi LTDA.
48 , no município de Trairi, Estado do Ceará.
 - 49 3. Apresentação, discussão e votação da Resolução Coema Nº
50 20/1998, que trata de dotar os municípios de meios técnicos e
51 administrativos adequados ao licenciamento ambiental e à
52 fiscalização de atividades de impacto local, com vistas a integrar e

53 fortalecer a gestão ambiental nas diversas regiões do Estado.
54 4. Apresentação da Dra. Regina Rêgo (IDC), sobre Aterro Sanitário
55 e a destinação dos resíduos sólidos.

56 VI. Palavra Facultada.

57 Encerramento.

58 O Presidente do Conselho Paulo Lustosa, iniciou com a verificação do
59 **quórum** e o tendo colocou em votação as Atas 200^a, 201^a e 202^a
60 reuniões ordinárias do Conselho, e perguntou à aqueles Conselheiros que
61 as aprovarem permaneçam como se encontram.(pausa) Fez a leitura da
62 aprovação das ATAS 200^a, 201^a e 202^a reuniões ordinárias e facultou a
63 palavra para o Secretário Executivo Ricardo Araújo para os informes da
64 Secretaria Executiva. O Secretário Executivo Ricardo Araújo, registrou a
65 presença do novo Conselheiro da SDA, Conselheiro Antônio Rodrigues
66 Amorim, Fundação Cepema a Conselheira Maria Erivânia Pereira Buriti
67 e deu as boas vindas. Comunicou também da presença dos alunos da
68 Dra. Sheila Pitombeira, da Cadeira de Direito Ambiental. O Presidente
69 passou para os Informes do Conpam e registrou a solicitação da
70 Presidência do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente pedindo
71 a indicação de um dos Conselheiros para a participação de um Grupo de
72 Trabalho que está discutindo a Conferência Regional do Desenvolvimento
73 Sustentável do Bioma Caatinga e a Rio + 20. Propôs para que fosse feita
74 a escolhano final da sessão. O Conselheiro Bosco Morais do SENGE, fez
75 uma saudação a todos os presentes e perguntou ao Presidente da Mesa
76 se eram dois conselehiros para os dois temas citados. O Presidente
77 respondeu que nao, que o Governo do Estado jem conjunto com a
78 Assembléia Legislativa, Banco do Nordeste, o Comitê Estadual da
79 Biosfera da Caatinga e outras organizações estão promovendo essa
80 discussão com o que vai culminar com a realização de uma Conferência
81 Regional e posteriormente trazendo para os Conselheiros para
82 conhecimento. O Conselheiro Henrique Torres de Melo, falou que dentro
83 do tema de desenvolvimento sustentável da Caatinga, a FAEC tem a
84 contribuir, a Confederação elaborou um estudo a pedido da Senadora
85 Kátia Abreu sobre os 5 Biomas e sobre o Bioma da Caatinga ytambem
86 com a ajuda da Embrapa, Universidades e que é uma boa contribuição
87 que o Sistema CNA FAEC tem a oferecer para discussão do debate do
88 Desenvolvimento Sustentável da Caatinga que é o Bioma mais frágil,
89 mais pobre e que precisa ter uma atenção redobrada para dar condição
90 de sobrevivência ao homem desse campo. O Presidente agradeceu e
91 informmou também que o Presidente da FAEC, Dr. Flávio, teve
92 recentemente com o Secretário Executivo do Conpam, Dr. Iraguassu
93 Filho. Passou para a ordem do dia, a apresentação, discussão e votação
94 do Parecer Técnico N^o 3995/2011-DICOP/GECON referente ao projeto do
95 Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Fortaleza , de interesse da
96 Companhia Docas do Ceará , no município de Fortaleza, Estado do Ceará.
97 Passou a palavra para o Sr. Raimundo José da Companhia Docas que
98 registrou a presença de dois Diretores da Companhia Docas o Sr. Mário
99 Jorge e Sr. José Maria e alguns técnicos da equipe e fez a apresentação
100 do projeto. Terminada a apresentação o Presidente facultou a palavra ao
101 conselheiro Alessander Sales do Ministério Público Federal. O
102 Conselheiro Alessander Sales, fez uma intervenção sobre a apresentação
103 do parecer técnico da semace conforme o Regimento Interno do Coema e
104 leu o artigo vinte do regimento. O Presidente agradeceu ao Conselheiro

105 Alessandro e chamou a técnica Ervania para apresentar o parecer técnico
106 da semace. A Sra. Ervania fez a apresentação do Parecer da semace e
107 terminada a sua apresentação o Presidente abriu para o debate do
108 projeto apresentado. O Conselheiro Bosco Morais (Senge), parabenizou o
109 Governo Federal pela elaboração do projeto, parabenizou o Engenheiro
110 Raimundo e a Técnica Ervania na representação dos Órgãos, e disse que
111 pela primeira vez viu um Porto pensar no ser humano e lembrou que o
112 VLT também vai estar presente lá e que o aspecto do projeto em si é
113 indiscutível. Argumentou que na realização dos estudos ele aborda o
114 aspecto social, o aspecto físico e aspecto biótico, mas que no aspecto
115 social do projeto achou que está muito superficial e pediu para que a
116 empresa complementasse; falou que no aspecto físico ficou também
117 muito superficial, mas que no aspecto biótico parabeniza a equipe. O
118 Conselheiro Henrique Torres de Melo (FAEC), parabenizou o
119 empreendedor e ressaltando alguns aspectos da obra e faz loas para que
120 todos estejam na inauguração como testemunhas, porque é uma obra que
121 transcende de fato, que ele fica e é como uma cadeia produtiva do
122 turismo, e ressalta que no aspecto jurídico esteja tudo dentro da
123 normalidade para que se possa prosseguir nos trabalhos. O Conselheiro
124 Alessandro Sales (MPFederal), argumentou que sem qualquer
125 consequencia na deliberação da sessão, sugeriu à Presidência que da
126 próxima reunião, que o Presidente peça a Secretaria Executiva para
127 constar juntamente com o Parecer Técnico escrito o Parecer Jurídico ou
128 então abrir no Parecer Técnico um tópico da análise jurídica, que seria
129 muito bom para ops Conselheiros por que além da visão técnica teriam
130 também uma visão jurídica acerca da análise que empreendida e que isso
131 iria municiar os Conselheiros de mais informações para que possam se
132 posicionar diante da votação. O Conselheiro Anastácio (PGE), concordou
133 que o parecer jurídico faça parte também do parecer técnico ou colocar
134 um tópico. O Conselheiro Alessandro Sales (MPFederal), perguntou qual
135 a caracterização jurídica da área, porque nao conseguiu visualizar no
136 parecer e pareceu que a análise não foi feita; fez a leitura na página 8 do
137 parecer e colocou a questão do Ministério Público em que fez a leitura do
138 jornal do dia uma discussão com o município de Fortaleza com relação à
139 competência do licenciamento ambiental no que diz respeito a
140 intervenções consistente em construções de aterro, e disse que é posição
141 da instituição Ministério Público Federal não só no Estado do Ceará, mas
142 no Brasil inteiro que qualquer intervenção que é verificado em mar
143 territorial deve passar a ser licenciamento federal. Lembrou que o aterro
144 hidráulico e dragagem da Praia de Iracema foi devidamente licenciado
145 pelo Órgão Federal IBAMA e que essa questão da competência de
146 licenciamento foi objeto de análise do parecer jurídico e por isso é que
147 ressalta o parecer jurídico por questões dessa natureza, motivo esse
148 indagou à Semace se o parecer jurídico foi objeto de análise quando a
149 obra foi examinada. Fez a leitura na página 19 com relação a área
150 afetada e na página 35 do parecer om relação a superfície atualmente
151 ocupada perguntou se não havendo uma vegetação nativa perguntou qual
152 seria a caracterização do bem com a supressão da vegetação e
153 perguntou também se a área não seria de um bem comum? O
154 Conselheiro Philipi Nottingham (SEPLAG), informando do conhecimento
155 de todos que a Praia Mansa foi formada pelo movimento das correstes
156 marítimas e que é um movimento permanente e que a praia continua

157 crescendo o tempo todo e perguntou qual será a solução dada ao
158 movimento de terra que vai continuar prosseguindo para ser depositada,
159 informou ainda que aquela praia toda não é nativa e que é uma área toda
160 formada a partir da construção do espigão, e nem a terra e nem a
161 vegetação é nativa. O Conselheiro Alessandro Sales, informou que
162 esqueceu de falar com relação a compensação ambiental e que há uma
163 proposta do parecer da Semace em divisão do valor da compensação
164 ambiental sendo 25% destinados para Unidade de Conservação, 50%
165 para a criação de uma Unidade de Conservação e indagou que há um
166 item que não pode ser contemplado que é o restante de 25% para
167 educação ambiental e dentro outros projetos, mas informou que a
168 legislação federal não permite e chamou a atenção para esse aspecto. O
169 Presidente respondeu com relação a recomendação do Conselheiro
170 Alessandro Sales, dizendo que de fato não só a lei federal mas a lei
171 estadual do SNUC prevê algumas possibilidades de uso para educação
172 ambiental ou para monitoramento, mas que é claramente associadas à
173 utilização ao manejo das unidades de conservação em decorrência e
174 como consequência de Planos de Manejos das Unidades de Conservação
175 em questão. O Sr. Alisson Costa, Coordenador Jurídico da Companhia
176 Docas do Ceará, respondeu ao Conselheiro Alessandro Sales que existe o
177 decreto 4.333/2002, no qual faz delimitação da área portuária, dá as
178 coordenadas. Disse que a Praia Mansa hoje, é dentro de um Porto
179 organizado, ela é para o Porto e não pode ter nenhum acesso de pessoa a
180 ser à serviço do Porto. Falou também que o empreendimento tudo vai ser
181 praticamente da União, que vai ser um bem público dentro do Porto
182 Organizado e autorizado pela SPU. Com relação a dragagem todo o
183 licenciamento do Porto tanto da parte operacional foi feito o
184 licenciamento pela Semace principalmente na parte de transferência e
185 delegação e que o empreendimento já está com a publicação do Diário
186 Oficial passando a competência da dragagem para a Semace, sendo uma
187 Portaria do IBAMA. Sobre a área da dragagem disse que ela está dentro
188 aspecto vai ser feita uma cortina e a partir da sobra de material que não
189 se consegue fazer a retirada porque tem que ter a proteção do Cais e
190 restante da areia vai ser retirada e vai transpor para o nivelamento do
191 Cais. O Sr. João Teixeira apresentou slides mostrando a área de
192 ocupação do Terminal notando-se que é constituída predominantemente
193 por vegetação rasteira típica de duna e as árvores maiores são
194 castanholas e alguns coqueiros. Disse que a vegetação mais relevante no
195 ponto de vista ambiental serve de refúgio para a fauna e que está na área
196 que não será afetada pelo projeto e que hoje são ocupadas por
197 pescadores com seus artesanatos que frequentam a Praia Mansa. O
198 Secretário executivo Ricardo Araújo, complementou que na audiência
199 pública houve um comprometimento do Dr. Paulo da Companhia Docas
200 em replantar mais de duzentas árvores no local. O Conselheiro Bosco
201 Morais (Senge), pediu um esclarecimento perguntando por que a draga
202 não pode ir para o engordamento da praia que a Prefeitura está preste a
203 fazer entre a Rui Barbosa e Desembargador Moreira. O Diretor da equipe
204 respondeu que essa articulação existiu no passado onde foi feito um
205 convênio com a Prefeitura antes de fazer a licitação que depois foi feita,
206 foi feito o início da dragagem e a Prefeitura não tirou a licença específica
207 e por isso não foi possível fazer essa parceria. Disse que o Porto tem uma
208 preocupação com o empreendimento em relação ao entorno de sua

209 população, que têm um Centro educacional Tecnológico que promove a
210 capacitação da comunidade tanto no aspecto de educação ambiental
211 como na profissionalização das pessoas. O Presidente, antes de colocar
212 em votação registrou a presença dos alunos da Dra. Sheila Pitombeira da
213 Cadeira de Direito Ambiental dizendo que o debate do projeto em
214 discussão já seria uma boa parte da etapa de aula para os alunos, e que
215 compartilhando juntamente com os Conselheiros e informando que a
216 Constituição do estado estabelece que todo projeto público ou privado
217 que requeira EIA/RIMA deva ser avaliado pelo Conselho Estadual. Disse
218 ainda que durante o debate do projeto lhe veio a pergunta: ainda que o
219 parecer seja da SEMAM ou ainda que o parecer seja do IBAMA e
220 considerando que parte do empreendimento tem impacto do Estado do
221 Ceará ou seja, impacto local, o Conselho teria que ter ouvido? Isso por
222 que a Constituição não discrimina. Então, indagou que empreendimentos
223 no Estado do Ceará mesmo que fosse licenciado por uma Prefeitura se
224 eles teriam que ter a oitiva do Coema. Colocou a matéria apresentada em
225 votação. O Secretário executivo fez a chamada da votação e o
226 Conselheiro Alessandro Sales fez declaração do voto dizendo que sendo
227 fiel e coerente com a Instituição o Ministério Público Federal que no seu
228 entendimento quando há dragagem de mar territorial e aterramento
229 territorial a competência para o licenciamento é do Órgão federal, do
230 IBAMA, razão pela qual o Ministério Público Federal vota contra. O
231 Presidente fez a leitura da votação do Parecer Técnico Nº 3995/2011-
232 DICOP/GECON referente ao projeto do Terminal Marítimo de Passageiros
233 do Porto de Fortaleza, de interesse da Companhia Docas do Ceará, que
234 foi aprovado com 18 votos a favor, 01 voto contra e 02 abstenções.
235 Passou para o segundo item da pauta, a apresentação, discussão e
236 votação do Parecer Técnico Nº3271/2011- DICOP/GECON referente ao
237 projeto Central Geradora Eólica - CGE , de interesse da Central Eólica
238 Trairi LTDA. , no município de Trairi, Estado do Ceará. A Sra. Sandra da
239 Assessoria do COEMA informou que em alguns cadernos dos
240 Conselheiros não foram com a cópia do parecer a ser apresetado, mas
241 que foi enviado aos Conselheiros em prazo regimental. O Presidente
242 informando também aos Conselheiros e os perguntando se poderia dar
243 prosseguimento da apresentação do parecer e os mesmo concordaram.
244 Facultada a palavra para o empreendedor que fez a apresentação do
245 projeto da Central Geradora Eólica - CGE - Central Eólica Trairi LTDA..
246 Terminada a apresentação o Técnico da semace José Wilker fez a
247 apresentação do Parecer Técnico da Semace. Terminada a apresentação o
248 Presidente abriu para o debate. O Conselheiro Henrique Torres de
249 Melo(FAEC), disse esclarecia dois pontos ao empreendedor ja que foi
250 apresentado na reuniao passada os Parques do Trairi. Disse que ha uma
251 disputa de uso e ocupação de solo no município e que caberia ao
252 município fazer a sua legislação de uso e ocupação do solo. Disse que foi
253 isso que pediram à Semace uma Câmara Técnica porque existe um outro
254 agravante no litoral que é a favelização. O Conselheiro Bosco Morais
255 (SENGE), perguntou ao empreendedor o que é Mercado Livre na energia
256 e como está o Ceará no Mercado Livre. O empreendedor respondeu que
257 concorda com o que o Conselheiro henrique Torres de Melo falou, que
258 concorda com as suas palavras em que ha uma disputas nas dunas, que
259 conhece situações em que as dunas estão se tornando favelas. Disse que
260 é uma discussão muito longa e complexa e que se ateria aos Parques da

261 empresa, dizendo que não há colocação e aerogeradores em locação
262 urbana e que foi um esforço muito grande da empresa em afastar os
263 aerogeradores da linha de praia e que foi bastante explorado na
264 audiência pública. Disse que perceberam uma resistência dos donos de
265 pousadas e hotéis, mas que há uma outra parte da população que aceita e
266 deseja a ampliação dos Parques Eólicos porque vêem uma possibilidade de
267 crescimento econômico. Respondeu com relação ao Mercado Livre e
268 achou pertinente a pergunta e disse que os Parques Eólicos terão sua
269 energia comercializada no ambiente de livre contratação e que o
270 empreendimento apresentado é o primeiro a fazer, e que estão
271 habilitados a comprar energia no ambiente livre e o preço tem uma
272 demanda superior a determinados patamares e que depende o tipo de
273 consumo. Informou que o tipo residenciais não poderiam fazer, mas
274 empresas de produção que demandam de muita energia podem comprar
275 energia de quem eles entenderem. O Presidente complementou que
276 quem está no mercado de energia ou vende nos leilões, o governo compra
277 nos leilões e com isso garante a demanda. Colocou em votação o Parecer
278 Técnico Nº3271/2011- DICOP/GECON referente ao projeto Central
279 Geradora Eólica - CGE , de interesse da Central Eólica Trairi LTDA., no
280 município de Trairi, Estado do Ceará. O Secretário Executivo fez a
281 chamada da votação. O Presidente fez a leitura da votação do projeto
282 Geradora Eólica - CGE da Central Eólica Trairi LTDA., aprovado com 15
283 votos a favor e 04 abstenções. O Presidente passou para o último item da
284 pauta e disse que é uma revisão da Norma de Licenciamento. Disse que
285 conforme a proposição do Conselheiro Henrique, mas por conta também
286 da ausência do Conselheiro da APRECE e que já havia encaminhado uma
287 minuta para a Presidência da APRECE, e também a não manifestação
288 formal da APRECE achou que poderia ser enviado aos Conselheiros a
289 minuta para depois fazer a discussão na próxima reunião ordinária e a
290 pedido do Conselheiro Henrique Torres de Melo fez a leitura da
291 publicação da Resolução COEMA Nº 26, que trata da criação da Câmara
292 Técnica para estabelecer normas e padrões relativo as intervenções em
293 APP. Informou também que não seria apresentado o quarto item da
294 pauta. Facultou a palavra ao Secretário de Cultura, Professor Pinheiro
295 que falou de ser o momento importante em que participou da Rio +20
296 juntamente com Dra. Sheila Pitombeira. O Presidente considerando o
297 período que o Conselheiro José Pinheiro esteve na Vice-Governadoria na
298 questão da desertificação e como da mudança climática recebeu da Vice-
299 Governadoria do Estado uma atenção toda especial, considerando a
300 demais que o senhor está Deputado Estadual e estando na Secretaria e
301 a Assembléia Legislativa tem um papel protagonista nessa discussão e
302 não sabendo se tem outros Conselheiros que estejam dispostos a
303 participar como voluntário, como estão pendido um nome poderíamos
304 indicar um nome e suplente. Ficou decidido na plenária como titular o
305 Professor José Pinheiro e suplente a Conselheira Vlândia Vidal da UFC.
306 Agradeceu a todos os presentes e encerrou a sessão.